

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 1190 /2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** **excluir** a servidora MARIA EDNA NORONHA MATOS, Diretor de Secretaria da 18ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza, matrícula nº 11830, da Portaria nº 1150/2012, que instituiu o Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento dos Processos Judiciais, publicada no DJE de 06 de julho de 2012, e **incluir** a servidora BERENIZA DE OLIVEIRA CARVALHO, Técnico Judiciário, matrícula nº 200681, concedendo-lhe o pagamento do valor a título de Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico, previsto no art.3º da referida Portaria.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 13 de julho de 2012.

Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA
PRESIDENTE

PORTARIA N.º1149/2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE, de acordo com a Portaria Nº 815, de 3 de agosto de 2009 (DJ de 05.08.2009), alterada pela Portaria nº 264, de 24 de fevereiro de 2010 (DJ de 25.02.2010) e de conformidade com o Processo nº 8512276-08.2012.8.06.0000

DESIGNAR FRANCISCO SUENON BASTOS MOTA, Desembargador, para viajar a Brasília-DF, nos dias 06 e 07 de julho do corrente ano, com o objetivo de participar da reunião para dar seguimento à execução do Projeto Começar de Novo no âmbito da Infância e da Juventude, a se realizar no dia 06 de julho do corrente ano, no Plenário do CNJ, concedendo-lhe o pagamento de 01 e ½ (uma e meia) diária, no valor unitário de R\$ 669,93 (seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e três centavos), e uma ajuda de custo no valor de R\$ 92,00 (noventa e dois reais), totalizando R\$ 1.096,89 (um mil, noventa e seis reais e oitenta e nove centavos), bem como passagem aérea no trecho FORTALEZA/BRASÍLIA/FORTALEZA, para o Desembargador indicado.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 05 de julho de 2012.

DES. JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA
PRESIDENTE DO TJCE

PORTARIA Nº 1176/2012 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o art.53, inciso XXIX, da Lei Estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, o art.5º, incisos II e IV, da Lei Estadual nº 12.483, de 03 de agosto de 1995, o inciso IX, do art.132 da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974 e de acordo com autorização exarada mediante Processo Administrativo nº 8508950-40.2012.8.06.0000,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Gratificação pelo Exercício de Magistério para Treinamento de Servidores, no valor de R\$ 1.280,00 (hum mil, duzentos e oitenta reais), à servidora **PATRÍCIA MARTINS SILVEIRA**, Diretora da Divisão de Sistemas de Gestão, matrícula nº 9567, graduada em Direito, não integrante do Banco de Facilitadores de Aprendizagem – BFA, por atuar como facilitadora no curso “*Capacitação em SPROC e metas do CNJ*”, realizado nos dias 07 de maio de 2012 (turma 01 - Ipú), 08 de maio de 2012 (turma 02 - Ubajara), 09 de maio de 2012 (turma 03 - Moraújo), 10 de maio de 2012 (turma 04 – Martinópolis) e 11 de maio de 2012 (turma 05 - Forquilha), com carga horária de 08h/a cada turma, totalizando 40h/a, para um total de 26 servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Art. 2º - O referido curso está contemplado no Plano de Capacitação 2011/2012 do Poder Judiciário do Estado do Ceará, aprovado pelo Comitê de Gestão e Programação Financeira do Tribunal de Justiça, na sua 18ª reunião, realizada em 20 de julho de 2011. O valor hora-aula obedece à Portaria nº 291/2008, publicada no DJ de 05 de março de 2008, que fixa o valor da Gratificação pelo Exercício de Magistério de acordo com a escolaridade do servidor.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE. GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 11 de julho de 2012.

Desembargador JOSE ARISIO LOPES DA COSTA
PRESIDENTE

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 53, inciso XIV, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, e o art. 5º, inciso III, da Lei estadual nº 12.483, de 03 de agosto de 1995, em conformidade com o Processo Administrativo nº 8511911-51.2012.8.06.0000,